

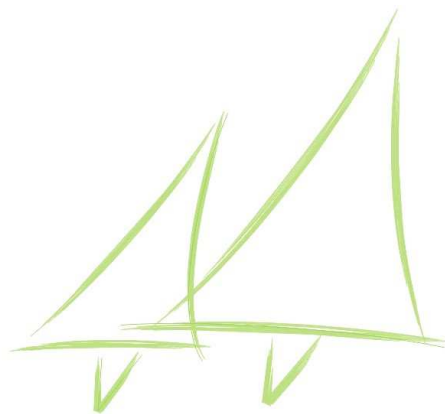
V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



223 - PRÁTICA NO PLANO DO DISCURSO: ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Estado, os blocos econômicos e as cooperativas

Bárbara Castro

bacastro@gmail.com

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Políticas da Unicamp*

Resumo

A proposta deste artigo é o de apresentar um estudo de caso de uma política de geração de trabalho e renda com foco no cooperativismo da Prefeitura Municipal de Campinas, no período da gestão do PT (Partido dos Trabalhadores) na cidade (2001-2005). Pretende-se também apontar os principais problemas na implantação dessa política e as saídas encontradas pelos sujeitos envolvidos. Isso, para que não se perca a memória da experiência realizada e para que ela possa, de fato, contribuir para a elaboração de políticas públicas futuras.

Palavras-chave: políticas públicas, economia solidária, cooperativismo, incubadoras.

Abstract

This article will present a case study of a local government policy to generate employment and income through focusing on cooperatives in the city of Campinas, during the term of the Workers' Party (PT - Partido dos Trabalhadores) between 2005 and 2009. The author aims to point out the main problems in the implementation of this policy and the solutions used to overcome these difficulties by those involved. It is hoped that this study helps to ensure that this experience isn't lost and can, in fact, contribute to public policy making in the future.

Key-words: public policies, solidarity economy, cooperativism

Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir a política de geração de trabalho e renda da Prefeitura de Campinas, focada no fomento às cooperativas populares. Trata-se do “Programa de Qualificação de Cooperativas Populares” (PQCP) e do “Projeto Campinas”, idealizados e postos em prática pela gestão do PT (Partido dos Trabalhadores) na cidade entre os anos de 2001-2005, e que tinham como objetivo oferecer suporte técnico e de gestão para a formação de cooperativas a partir de convênios com instituições como a Anteag, a Cáritas e a Unicamp.

O recorte da minha pesquisa¹ recaiu sobre o convênio da Prefeitura Municipal de Campinas com a Unicamp, principalmente porque um de seus desdobramentos foi a fundação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unicamp em 2001. A ITCP/Unicamp não foi, no entanto, a Incubadora pioneira do país. Ela já nasce como parte de um projeto maior de extensão das Universidades brasileiras, seguindo o modelo de outras ITCP's que tinham como objetivo auxiliar na criação e estruturação de cooperativas populares sob os princípios da economia solidária.

Antes de entrarmos na história específica da criação da ITCP/Unicamp e dos desdobramentos que a política de geração de emprego e renda da Prefeitura Municipal de Campinas teve, faz-se necessário localizar histórica, econômica e politicamente a emergência da economia solidária, e o processo de constituição das ITCP's no país. Isso porque é somente a partir deste quadro que podemos compreender a iniciativa do poder público em incentivar e incluir em seu programa de governo, o fomento ao cooperativismo.

Cooperativismo e economia solidária no Brasil

Apesar de as primeiras experiências de cooperativismo no Brasil datarem do final do século XIX² (Silva et alli, 2003), foi na década de 1990 que elas cresceram em números e passaram a ser um fenômeno urbano vinculado à economia solidária. Há diversas hipóteses sobre esta mudança de ‘projeto’ embutido na formação de cooperativas: do conservadorismo de que elas eram investidas no mundo rural, no início do século XX, para um discurso libertário e democratizante em que elas passam a se inserir no mundo urbano.

O cooperativismo teria surgido no Brasil como iniciativa da elite agrária, no início do século XX (Rios, 1987). A pressão pela revitalização da agricultura teria resultado, em 1932, na promulgação da lei básica do cooperativismo, que identificava nas cooperativas um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas do país. Essa lei não garantia, no entanto, o apoio do Estado à agricultura de subsistência familiar e quem saiu ganhando com ela foram os grandes agricultores, voltados à cultura de exportação. É a partir desse cenário

¹ Os resultados e reflexões apresentados neste artigo são fruto de pesquisa de iniciação científica, realizada entre junho de 2004 e dezembro de 2005, com financiamento da Fapesp.

² As primeiras experiências cooperativistas de que se tem registro no país remontam ao final do século XIX: em 1891, na cidade de Limeira-SP, foi criada a Associação Cooperativa dos Empregados, e em 1894, a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco. Mas é apenas após a promulgação da lei de 1932 que o número de cooperativas cresce no país.

que Rios argumenta que o cooperativismo daquela época representava a promoção das elites políticas e agrárias e, conseqüentemente, era uma forma de controle social e político dessas elites com apoio do Estado. Era um cooperativismo de tipo conservador, portanto, que predominava no universo rural do país.

É imprescindível destacarmos também a relação do movimento cooperativista brasileiro com o movimento operário no início do século XX para melhor compreendermos o caráter do cooperativismo nesse período de nossa história. Não podemos nos esquecer que as correntes sindicais reformistas, denominadas “amarelos”, continham os cooperativistas em seus quadros. Segundo Araújo (1998), o sindicalismo cooperativista, liderado por Sarandy Raposo, defendia uma prática sindical reformista com matiz corporativista. No ano de 1920, Raposo teria conquistado o apoio do governo federal para propagar suas idéias e organizar sindicatos e sociedades cooperativas. Esta conjuntura política favorável somada ao apoio que recebeu do movimento sindical “amarelo” o levou a fundar, em 1921, a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB).

O sindicalismo cooperativista, à época, identificava os sindicatos e as cooperativas como bases para a realização de uma aliança entre o capital e o trabalho. Eles acreditavam que através da negociação sindical e da estruturação de cooperativas, a sociedade se transformaria progressivamente, dentro da ordem estabelecida, sem que para isso houvesse a necessidade da tomada de poder pelo proletariado ou qualquer outra iniciativa de cunho revolucionário. Os cooperativistas propunham “a incorporação da classe trabalhadora à sociedade e ao Estado, não por meio da participação política, mas das conquistas econômico-profissionais, como o reconhecimento dos direitos sociais e a participação na riqueza produzida pelo trabalho” (Araújo, 1998:204).

O apoio encontrado nos anos 1920 se repete no após o início da década de 1930, quando sob o Governo provisório de Getúlio Vargas³ os sindicalistas cooperativistas voltam a divulgar e a promover as suas idéias. Seguindo a argumentação da autora a respeito do sindicalismo “amarelo” durante a Primeira República, chega-se à conclusão de que tal movimento reformista, apoiado na militância e nas massas trabalhadoras, foi central para o estabelecimento do corporativismo no país. Os cooperativistas, incluídos entre os “amarelos”, também contribuíram para o atrelamento da classe trabalhadora ao Estado, situação que marcou a história do sindicalismo brasileiro do século XX⁴.

A partir desse quadro geral sobre o cooperativismo no início do século XX é que podemos embasar a tese de suas origens conservadoras, defendida por Rios. Mas essa situação não duraria para sempre. Apesar de a Lei que regulamenta o cooperativismo até os dias de hoje datar de 1971, ano em que

³ O período de governo provisório de Getúlio Vargas ocorreu entre 1930 e 1934. Foi nessa época que teve início a regulamentação das leis trabalhistas no país, processo que resultou na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943.

⁴ Apesar de o corporativismo não ter impedido a organização autônoma da classe trabalhadora e a construção de um sindicalismo de tipo combativo nos anos de 1970, ele engessa e limita as possibilidades de atuação e reivindicação dessa classe.

vigia a ditadura militar, a modificação da conjuntura política e econômica do país, cristalizada na Constituição de 1988, resultou em um desvinculamento da prática cooperativista do Estado (Silva et alli, 2003). Foi a partir da Constituição de 1988 que se desencadeou um movimento pela reforma daquela Lei.

O movimento cooperativista adquire uma nova tonalidade no Brasil após a reforma constitucional. Essa mudança encontrou seu ápice na década de 1990, quando o cooperativismo passou a se vincular aos princípios da economia solidária⁵ e a se afastar do cooperativismo e associativismo conservador, predominantes no início do século XX (Icaza, 2004).

A revitalização das práticas cooperativas no final dos anos de 1980 inscreveu-se num 'movimento mais amplo de modernização das atividades e da ampliação da democracia, *ganhando* ressonância com as discussões sobre economia solidária/terceiro setor' (Silva et alli, 2003:79). Tal mudança de enfoque, que segundo os autores conteria uma perspectiva positiva, teve como pano de fundo o crescimento do desemprego estrutural, a flexibilização das relações de trabalho (estimulando práticas autogestionárias), e a ampliação das discussões sobre desenvolvimento local, economia social e terceiro setor.

Além do aspecto político e ideológico, fundamentais para a modificação da proposta do movimento cooperativista, a crise econômica que teve início na década de 1980 abriu espaço para o avanço da prática cooperativista em outros setores produtivos. O espaço urbano passa a ser ocupado por iniciativas deste tipo⁶ como maneira de enfrentar o desemprego que no início da década de 1990 atingiu valores superiores a 10% (Boito Jr, 1999).

Foi nesta década que a política neoliberal passou a ser aplicada no país pelo governo Collor como saída da crise do Estado (Alves, 1996). A abertura econômica, a queda nas exportações, a diminuição dos gastos sociais e o início das privatizações foram os fatores principais que levaram à elevação no número de desempregados. Nos governos que se seguiram (Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso), a continuidade da política de privatizações e a desregulamentação do mercado de trabalho (flexibilização das leis trabalhistas) contribuíram não apenas para a não modificação deste cenário, como também para o crescimento da ocupação informal⁷.

As estatísticas desse período são esclarecedoras: "de 1991 a 1996, o percentual de trabalhadores informais passou de 40% para 47% no conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME/IBGE⁸. De meados de 1996 até o final de 1997, o ritmo de crescimento do grau de informalidade diminuiu,

⁵ Para Singer (2002), as cooperativas vinculadas ao projeto de economia solidária devem obedecer aos princípios das cooperativas de Rochdale, quais sejam: 1) gestão democrática; 2) abertura a todos que quisessem integrá-la, desde que contribuam para a cota de capital mínima; 3) limitação da remuneração do capital a uma porcentagem fixa; 4) divisão equitativa dos excedentes; 5) vendas à vista; 6) produtos de qualidade; 7) promoção de uma educação cooperativista para os sócios; 8) neutralidade política e religiosa.

⁶ As cooperativas até então predominantes no meio urbano eram principalmente de consumidores e de habitação.

⁷ Definido pelo IPEA como a soma do trabalho assalariado sem carteira assinada e trabalho por conta própria.

⁸ Lauro Ramos utiliza dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A PME é uma pesquisa domiciliar mensal executada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador; representando cerca de 25% da força de trabalho (Ramos, s/d).

ficando próximo de 48%. Como reflexo das agruras por que passou a economia brasileira em 1998 e 1999, o funcionamento do mercado de trabalho mudou, o que fez com que o processo de informalização retomasse fôlego, de tal forma que nos últimos meses de 1999 foi rompida a marca de 50%, chegando a 51% no início de 2000. A partir daí, e de forma até certo ponto surpreendente, houve uma ligeira queda, seguida de estabilização em torno de 50% durante todo o ano de 2001” (Ramos, s/d). A estabilização se manteve em torno dos 50%, apresentando ligeiras quedas nos últimos anos. Em 2005, a população informalmente ocupada segundo a PME era de 51,8%. Em 2006 esse número caiu para 50,4%⁹. Este ano [2008], a PME do IBGE anunciou dois recordes seguidos para os índices de ocupação formal no país: 51,6% em março e 51,5% em fevereiro¹⁰.

O legado da abertura comercial e a crescente reestruturação das empresas com enxugamento dos postos de trabalho, teve este viés perverso para os trabalhadores. A retração do mercado formal de trabalho os levou à procura por alternativas de geração de renda. As cooperativas foram apenas uma delas. A conjuntura econômica e a modificação da situação política do país é que vão, juntas, permitir e explicar a mudança de ‘projeto’ do cooperativismo. A emergência da economia solidária só pode ser pensada se nos remetermos à década de 1980, quando o movimento de democratização ganhou força apoiado nos movimentos sociais, suas discussões e bandeiras (Icaza, 2004 e Silva et alli, 2003). A aproximação do cooperativismo a um discurso transformador deveu-se à conjuntura histórica de luta pela democratização e das discussões sobre sua forma e prática.

O cenário de aplicação de políticas neoliberais levou ao enxugamento dos gastos do Estado e a conseqüentes cortes na área social. Isto acabou por fazer crescer no país, segundo Oliveira (2003), ações filantrópicas e assistenciais, além de incitar a construção de novos movimentos sociais. Não foi por acaso que a campanha “Cidadania contra a Fome e a Miséria” do Betinho, lançada em 1993, assumiu como prioridade a geração de emprego e renda. A crise econômica e a formação de um novo espaço político possibilitaram que a própria sociedade civil buscasse alternativas ao desemprego e à exclusão social: entre elas, a estruturação de empreendimentos econômicos solidários e a formação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's).

O início das ITCP's

A primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) surgiu em 1995 por iniciativa da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ). A

⁹ Dados do Valor online, de 14/09/2007, em reportagem intitulada [“Mercado ganhou mais trabalhadores formais em 2006, segundo levantamento do IBGE”](#), de Rafael Rosas.

¹⁰ Dados do Valor online, de 24/04/2008, em reportagem intitulada [“Para IBGE, nível de formalidade no mercado de trabalho é o maior da série”](#), de Rafael Rosas.

iniciativa da Coppe/UFRJ de formar a ITCP se deu após uma experiência de cooperativismo realizada no complexo da Maré, conjunto de favelas do Rio de Janeiro, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A Cooperativa de Manguinhos, como foi chamada, visava ser uma alternativa de geração de emprego e renda para a comunidade local.

A Fiocruz, um centro de pesquisa na área biomédica, tem um de seus principais campus localizado em Manguinhos - RJ, área que ficou conhecida como 'faixa de Gaza'¹¹. A instituição tomou a iniciativa de criar a cooperativa após a realização de uma pesquisa no conjunto das favelas da Maré. A pesquisa revelou que 80% dos chefes das famílias locais estavam desempregados. A universidade fez este levantamento de dados para descobrir qual era a origem social da violência que dominava o complexo de favelas e que, na época, resultava em balas perdidas atingindo a Fiocruz¹². Com a conclusão de que o desemprego era a raiz do problema, criaram uma cooperativa prestadora de serviços que eles mesmos contrataram. Para formá-la, contaram com a ajuda da Universidade de Santa Maria (RS), que possuía experiência em cooperativismo e oferecia cursos voltados ao tema (Guimarães, 2000).

A experiência de cooperativismo na favela da Maré levou a equipe de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ a formar a primeira Incubadora Universitária do país, a partir da assinatura de um convênio entre a Coppe/UFRJ, a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil - FBB e o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida – Coep¹³.

Seguindo o caminho aberto pela Coppe/UFRJ, em 1997 foi criado o Programa Nacional de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - PRONINC, tendo como signatários a Finep, o Banco do Brasil, a FBB e o Coep. A partir deste Programa, mais seis universidades passam a receber recursos para estruturarem ITCP's¹⁴ (Oliveira, 2003).

Em 1999 foi criada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que tinha como objetivo "desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e auto-Gestão (SIC), contribuindo para o desenvolvimento da economia solidária. Ela surge para integrar de forma dinâmica as incubadoras e favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos"¹⁵. Integram hoje a Rede de ITCP's 17 universidades¹⁶, entre elas, a Unicamp.

¹¹ Ver, por exemplo, matéria d'"O Jornal da Ciência", disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=18331> <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=18331>

¹² A Fiocruz continuou sofrendo com este problema. O último incidente ocorreu em fevereiro deste ano (2008). (Veja em: <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/cotidiano/ult95u372279.shtml>), quando uma bala perdida feriu uma recepcionista da instituição. Em maio de 2004, o presidente da Fiocruz chamou um ato público para protestar contra a violência após a morte de dois vigilantes da instituição. (Veja em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=18331>)

¹³ Dados obtidos em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/>

¹⁴ As Universidades contempladas foram as federais do Rio de Janeiro, do Ceará, de Juiz de Fora e a Rural de Pernambuco, além da USP, e da Universidade do Estado da Bahia.

¹⁵ Fonte: http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php

¹⁶ São elas: Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de São João Del Rei, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal

De uma forma geral o trabalho de incubação realizado pelas ITCP's pode ser definido em algumas etapas: "recebimento da demanda, detecção de lideranças, formação do grupo, curso de cooperativismo, diagnóstico, definição da atividade econômica a ser desenvolvida, estudos de viabilidade econômica e plano de negócios, legalização e estruturação administrativa e processo de acompanhamento" (Kruppa e Sanchez, 2004:49).

A disseminação de ITCP's pelo país, no entanto, permitiu que diferentes metodologias fossem desenvolvidas, havendo ampla diversidade nas práticas de incubação. A diferença de qual prática vai ser estruturada e aplicada, depende dos objetivos e princípios observados por cada incubadora: pode-se tanto enfatizar a organização democrática e solidária do mundo do trabalho, quanto a inserção dos cooperados no mercado formal de trabalho e a conseqüente conquista de direitos sociais (Oliveira, 2003).

Esses dois pilares de ação não são necessariamente excludentes, mas levariam, segundo Kruppa e Sanchez (2004), a uma diferenciação na percepção dos problemas enfrentados durante o processo de incubação. As ITCP's que priorizam a *organização democrática e solidária do mundo do trabalho* se centrariam na formação, no processo de transformação cultural e na proposição de práticas anticapitalistas às cooperativas, enquanto que as que enfatizam a *inserção no mercado formal de trabalho aliado a conquista de direitos sociais* se centrariam na geração de renda e, conseqüentemente, suas atividades se concentrariam no assessoramento técnico e na construção de etapas de incubação.

A formação dos grupos e sua preparação para o trabalho nas cooperativas também pode ser entendida de duas maneiras: como educação formal ou profissionalizante, ou como a construção de outra maneira de compreender o mundo (Kruppa e Sanchez, 2004).

Algumas incubadoras fariam da atividade de formação apenas uma etapa inicial, denominada pré-incubagem. Nessa etapa, haveria a realização de uma triagem e a escolha de grupos de cooperados ou futuros cooperados que internalizaram os princípios da autogestão e da democracia. Outra maneira de trabalhar com a formação seria a de não restringi-la a uma etapa inicial, mas ampliá-la para que ela seja permanente e contínua. Entre as incubadoras que aplicam essa metodologia de formação, há um entendimento de que tratar a formação apenas em uma etapa inicial exclui os grupos mais fragilizados, grupos esses que poderiam vir a incorporar os princípios cooperativistas com a prática do dia-a-dia.

A prática do assessoramento, segundo Kruppa e Sanchez, seria um reflexo dos modos de estruturação das incubadoras: ela pode se dar em grupos temáticos que cuidem dos diferentes momentos da incubagem ou em equipes que acompanhem todo o processo. A primeira forma separaria os 'incubadores' em grupos temáticos e trabalharia com a transferência de

do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade do Estado da Bahia, Fundação Universidade Regional de Blumenau, Universidade Federal do Paraná, Universidade Regional de Blumenau, Universidade Católica de Pelotas, Universidade do Vale do Rio Sinos.

conhecimentos da Universidade para a sociedade, estabelecendo uma relação de externalidade com o grupo trabalhado. A construção da interdisciplinaridade exigida pelo trabalho de incubação se realizaria, neste modelo, nas reuniões internas da incubadora. A segunda forma trabalharia com equipes de incubação, que desenvolveriam uma relação de co-responsabilidade com os grupos incubados e, conseqüentemente, criariam laços de intimidade para com estes. Aqui, a construção da interdisciplinaridade se realizaria no cotidiano do trabalho, já que as equipes são compostas por pessoas provindas de diversas áreas do conhecimento.

Da tensão organizacional que foi exposta teria resultado uma dificuldade das ITCP's em escolher entre o acompanhamento permanente dos grupos, e a provisão de assessorias específicas aos mesmos. Os autores concluem que a autogestão é incompatível com hierarquias organizativas, que por muitas vezes justifica-se pela diferença de saber existente dentro da Universidade. "O processo de incubagem parece exigir ainda uma radicalização da democracia, o que está longe ainda dos padrões culturais universitários e dos grupos" (Kruppa e Sanchez, 2004: 68).

A ITCP/Unicamp e a política de geração de trabalho e renda de Campinas

Em 9 de setembro de 2001, a Prefeitura Municipal de Campinas e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), assinaram um convênio que formalizou a criação da ITCP/Unicamp. O objetivo do então prefeito Antonio da Costa Santos, o Toninho, era que a Incubadora da Universidade assessorasse a criação de cooperativas na cidade, o que era parte do programa de geração de trabalho e renda de seu governo¹⁷. Programas semelhantes já haviam sido (e/ou estavam sendo) desenvolvidos por administrações municipais do mesmo partido de Toninho, o Partido dos Trabalhadores (PT). São exemplos: São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Ceará.

De acordo com os termos do convênio caberia à ITCP trabalhar com a formação dos grupos demandados pela Prefeitura. Vale lembrar que a Unicamp não foi a única instituição conveniada com a Prefeitura para exercer essa atividade. A Anteag e a Cáritas também faziam parte do projeto de fomento ao cooperativismo na cidade.

Um dia após a cerimônia de assinatura do convênio com a Unicamp, em 10 de setembro de 2001, o prefeito de Campinas foi assassinado. Assumiu a prefeitura a vice-prefeita Izalene Tiene, que reestruturou a equipe de governo dando início a um processo de disputas internas que viria a prejudicar o bom andamento do projeto inicial de Toninho e a relação entre o poder público municipal e a Incubadora da Unicamp. Antes de chegar a essa história é preciso compreender o processo mais geral que resultou na ITCP pois, apesar dela ter sido criada oficialmente após a assinatura do convênio entre a universidade e a Prefeitura, Patrocínio (2004) aponta para a existência de um projeto anterior que pode ser visto como embrião da Incubadora.

¹⁷ O convênio atribuía à Unicamp e à Prefeitura, obrigações diferentes: o órgão público municipal se ocuparia de pagar as bolsas dos monitores da incubadora e de fornecer a infraestrutura necessária para as cooperativas, enquanto que a universidade deveria fornecer o transporte, o material de escritório e a sede para a ITCP.

Em 2000, após uma greve que durou três meses na Universidade, os funcionários terceirizados que a ela aderiram foram demitidos. Para resolver o problema, o então coordenador da Coordenadoria de Relacionais Institucionais e Internacionais (Cori) sugeriu a formação de uma cooperativa para que os trabalhadores pudessem continuar a prestar o serviço de limpeza à universidade. Para a formação do grupo de 120 trabalhadores foi contratada a ITCP da USP (Patrocínio, 2004). A partir da recuperação desta história, podemos apontar que o interesse na formação de cooperativas era anterior à criação da Incubadora e que a experiência relatada pode ter servido como fator de incentivo ao projeto.

No segundo semestre de 2001 a Reitoria e a Prefeitura da Unicamp divulgaram a intenção de criar na Universidade uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Fizeram isso através de convites aos membros da universidade e de faixas espalhadas pelo campus¹⁸. Em seguida, realizaram uma série de seminários para a discussão do projeto, mas a criação da Incubadora só foi formalizada em 9 de setembro, quando da assinatura oficial do convênio. A partir disso, tiveram início reuniões periódicas entre docentes, funcionários e alunos que haviam participado do primeiro seminário, com a finalidade de concretizar o projeto da ITCP. Nessas discussões estavam presentes também membros da Prefeitura Municipal de Campinas, que encaminhavam as suas demandas.

Foi neste período que teve início o primeiro desentendimento entre Prefeitura e Universidade: criado como um projeto de extensão universitária, os professores envolvidos no projeto acreditavam que sua função junto à Incubadora seria a de formar os monitores – estudantes da Unicamp- que iriam trabalhar com os grupos demandados pela Prefeitura. Mas essa última se aproveitou de um convênio que já possuía com a Anteag para que ela cuidasse dessa tarefa. A justificativa dada era a de que havia uma demanda emergencial a ser cumprida, pois a Prefeitura havia convocado 500 trabalhadores para uma frente de trabalho emergencial e queria dar continuidade ao trabalho realizado com eles, formando grupos a partir desses trabalhadores e os organizando em cooperativas de reciclagem. Além disso, a Prefeitura acreditava que a Anteag possuía a experiência necessária em cooperativismo para formar os monitores da ITCP, experiência que os professores não possuíam.

Mesmo com essa divergência dos professores, deu-se continuidade ao processo e, através da análise de currículos, foram selecionados 40 alunos da Universidade para participar do curso de formação da Anteag em janeiro de 2002. Ao mesmo tempo, a Prefeitura dava início às demandas para a formação de cooperativas pela ITCP através do Programa de Qualificação de Cooperativas Populares (PQCP), que tinha por objetivo capacitar oito grupos formados pela Prefeitura para a formação de cooperativas. A ITCP ministrou para eles um curso de formação nos seis meses de vigência do Programa.

Uma nova parceria teve início em janeiro de 2003 com outra nomeação: Projeto Campinas. Dessa vez, eram onze os grupos a serem trabalhados e o Projeto duraria 24 meses. O trabalho de incubação desses grupos se deu a partir da seguinte metodologia: cada grupo recebia o apoio de uma equipe

¹⁸ Informação obtida em entrevista com ex-monitora da ITCP.

formada por seis monitores (alunos-bolsistas), sendo que cada um desses seis monitores deveria participar de um Gepes (Grupos de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária) diferente. Essa estrutura organizacional permitia que cada membro da equipe de incubação possuísse visões e funções diversificadas no campo. Eram cinco os Gepes oficiais da incubadora na época em que o Projeto Campinas foi desenvolvido¹⁹. Cada um dirigido a uma área do conhecimento: planejamento econômico, produção e tecnologia, dinâmica das relações humanas, processos pedagógicos, e saúde e ambiente.

Cada um destes Gepes tinha oficialmente a orientação de um professor. Este, por sua vez, era membro do conselho orientador da incubadora, que era considerado o organismo decisório da ITCP e era presidido pelo Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários. A função de tal Conselho seria realizar o planejamento, funcionamento e avaliação, além de relacionar-se com outras instituições, parceiros sociais e cooperativas incubadas²⁰. Cada equipe de incubação elegia um monitor para participar da coordenação de projetos e assessorias. Além disso, a incubadora contava com um Conselho Administrativo, eleito anualmente no coletivo e do qual faziam parte três membros da incubadora, e com um Conselho Ético Fiscal, também formado por três membros da incubadora.

O trabalho de incubação era realizado pelas equipes de monitores a partir de um diagnóstico do grupo a ser trabalhado: identificava-se as principais necessidades do grupo e era realizada uma pesquisa de mercado para ver que tipo de produto teria maior aceitação, de modo a garantir a viabilidade da cooperativa. Realizava-se também um estudo de quais maquinários seriam mais adequados ao tipo de produção a ser empreendida, assim como aqueles que fossem adequados à saúde do trabalhador. A partir das demandas encontradas, os monitores montavam um plano de trabalho para orientar a incubação. Um curso de cooperativismo e autogestão também era oferecido para os grupos.

Durante o período de incubação, a ITCP também busca trabalhar com a legislação cooperativa, ajudar na construção do regimento interno, do estatuto e das atas das assembleias, possibilitando o conhecimento de leis, gestão e administração da cooperativa. O processo era acompanhado por um monitor pertencente ao Gepes de processos pedagógicos, dado o alto índice de analfabetismo encontrado nos grupos e a conseqüente necessidade de trabalhar uma metodologia educacional adequada aos trabalhadores envolvidos.

Dificuldades e Mudanças

A estrutura inicial da incubadora e a forma como ela nasce acabaram por levá-la a disputas e debates internos. Os recursos materiais e a infraestrutura de trabalho decorrentes do convênio entre universidade e prefeitura se mostraram insuficientes. A seleção dos monitores por currículos não previu

¹⁹ Atualmente são sete os GEPES da ITCP/Unicamp: produção e tecnologia, comunicação e artes, gênero, saúde, processos pedagógicos, planejamento econômico, e dinâmica das relações humanas.

²⁰ Fonte: http://www.itcp.unicamp.br/site/membros_cons_ori.htm

o seu envolvimento com o tipo de trabalho que viria a ser realizado, que tem, como papel central, a formação autogestionária dos grupos.

A formação realizada pela Anteag também não teria dado conta dos problemas que os primeiros monitores encontraram no campo, e o fato dessa entidade ter ministrado o curso teria feito os professores envolvidos no projeto perderem o incentivo inicial para o envolvimento no programa, já que lhes foi retirada a função de formação que lhes caberia num projeto de extensão universitária.

Por sua vez, a Unicamp teria demorado a cumprir o seu papel no convênio firmado com a Prefeitura: a ITCP teve uma sede itinerante, sem telefones ou computadores, por pelo menos dois anos até conquistar um espaço definitivo e uma estrutura mais apropriada. A Prefeitura também contribuiu para dificultar o trabalho dos monitores: houve por duas vezes corte de bolsas durante o convênio. O primeiro foi atribuído à mudança no quadro administrativo da Prefeitura, em decorrência da morte do prefeito. Quanto ao segundo, as únicas explicações foram apontadas pelos monitores, que o atribuíram a um descaso do poder público com esse projeto social, considerado por eles como emancipador, ou às disputas políticas internas da Prefeitura.

Tais fatores levaram os monitores a realizar uma crítica ao modelo de incubadora na qual estavam inseridos e a iniciar um processo de modificação de algumas das metodologias ali presentes. Este movimento se deu a partir das necessidades e dificuldades que se apresentavam a eles no trabalho de campo. A modificação na forma da realização do processo seletivo dos monitores talvez tenha sido o maior indicativo disso: a seleção da segunda turma de formação de monitores se deu através de entrevistas qualitativas. Buscava-se envolvimento político dos alunos com o projeto. Este processo de seleção começou a ser realizado por uma comissão eleita no coletivo da incubadora, uma assembléia na qual todos os monitores estavam presentes e tinham direito de voto. Foram os próprios alunos quem selecionaram e estruturaram a grade do curso de formação, e professores da Unicamp foram convidados para ministrar aulas dentro de suas respectivas áreas. Os Gepes e as equipes também funcionavam quase que dissociados da orientação de professores, sendo o Projeto basicamente tocado por estudantes.

O afastamento dos professores da orientação destes grupos de discussão chegou a ser atribuído ao espírito autogestionário da incubadora, mas um dos docentes que participou desde o início das discussões para a formação da ITCP discorda:

“Estavam [os monitores] bem mais preocupados com as questões práticas da incubação. Ficava meio distante o dia-a-dia deles, a correria, o tipo de problema que eles estavam enfrentando e o que a gente podia fazer num Gepes, que seria ouvir os problemas e tentar ver que tipo de literatura poderia informar a reflexão, uma reflexão mais teórica. Acho que para eles estava difícil conciliar. Era como se o Gepes fosse uma atividade a mais, para a qual eles iam ter que estudar para participar e discutir. E eles tinham que ir para o campo e freqüentar suas aulas” (Docente da área de humanas)²¹.

²¹ Em entrevista realizada em março de 2005.

O docente lamenta ainda a separação entre teoria e prática:

“(...) tinha assim um material, com tipo de problemas concretos que se encaixavam tanto com as preocupações teóricas da área de humanas, que foi uma pena não ter dado certo esse vínculo, essa relação entre uma e outra” (idem).

O que podemos apontar a partir desses dados é que a integração, na estrutura da incubadora, dos grupos temáticos e das equipes de incubação, ainda não teria conseguido resolver o problema levantado por Kruppa e Sanchez (2004), resultante da tensão organizacional que polariza uma e outra prática. A dificuldade das incubadoras em decidir entre o acompanhamento permanente das cooperativas e o trabalho de assessorias específicas não teria sido, ainda, inteiramente resolvido. A tentativa da ITCP/Unicamp de trabalhar com estas duas demandas, na análise da Prefeitura²², não teria sido cumprida. Apenas a transferência de conhecimento técnico teria sido alcançada. No entanto, é difícil pensar que essa assessoria específica tenha sido fornecida de forma satisfatória sem que tenha havido um acompanhamento periódico das cooperativas atendidas. Se o trabalho de assessoria técnica deveria se dar a partir da demanda dos grupos incubados, provavelmente as dificuldades inerentes à formação e funcionamento das cooperativas colocavam questões prementes que, em muitos casos, precisavam ser equacionadas antes mesmo que demandas mais específicas pudessem ser direcionadas aos Gepes.

As Cooperativas

A partir de um levantamento feito pela Prefeitura²³ com as 20 cooperativas populares²⁴ cuja incubação ela promoveu em seu Programa de Geração e Renda no período estudado²⁵, pudemos resgatar o perfil sócio-econômico desses trabalhadores. Em sua maioria eles possuíam idade avançada para o ingresso no mercado de trabalho (49% têm entre 31 e 50 anos), eram, na maioria, mulheres (66%), pardos ou negros (55%), e possuíam um nível baixo de escolaridade: 69% concluíram apenas o ensino fundamental e 11% nunca tinham freqüentado uma escola. Eram também majoritariamente migrantes (78% deles não nasceram em Campinas) e desses, 23% veio da região nordeste. É importante destacar também que 93% tiveram alguma experiência anterior de trabalho e desses, 83% trabalharam com registro em carteira²⁶. Esses dados permitem perceber que o público alvo da política de

²² Segundo o assessor da Secretaria de Desenvolvimento, da Prefeitura Municipal de Campinas em entrevista realizada em março de 2005, e o diretor do Departamento de Geração de Emprego e Renda, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, da Prefeitura Municipal de Campinas, em outubro de 2004.

²³ Documento de circulação interna da Prefeitura Municipal de Campinas ao qual obtive acesso.

²⁴ Dessas 20, 11 foram incubadas pela ITCP; o restante, pela CRCA (Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo), da Cáritas.

²⁵ Gestão do PT (2001-2005).

²⁶ Dentre os que passaram por um emprego registrado, 23% disse ter trabalhado no setor de limpeza.

geração de trabalho e renda da prefeitura de Campinas era constituído por um conjunto de trabalhadores (as) na sua maioria desempregados, com dificuldades de reinserção no mercado de trabalho formal ou mesmo informal, mas que necessitavam de alguma forma de renda para assegurar sua sobrevivência e de seus familiares.

Todos os problemas já mencionados, seja no relacionamento da Prefeitura e da Unicamp com a ITCP, seja na estruturação da incubadora concomitante ao desenvolvimento da política da Prefeitura, constituíram fatores relevantes para compreendermos porque, na avaliação de todos os envolvidos, apenas 3 das 11 cooperativas foram consideradas bem-sucedidas. São elas: a Cooperativa Barão, a Bonsucesso e a Tatuapé. As duas primeiras trabalhavam com triagem de lixo reciclável, enquanto a terceira reciclava materiais de construção.

Apesar do destaque dessas três cooperativas, foram flagrantes as condições precárias de trabalho que encontramos na pesquisa de campo. Na “Tatuapé”, por exemplo, encontramos uma mulher grávida de sete meses carregando peso (ela separava os materiais de construção de um dos muitos montes de entulho que havia na cooperativa), e os trabalhadores, expostos à poeira constante levantada pela descarga de material de construção por caminhões que recolhem entulho das caçambas da cidade não usavam máscaras de proteção para evitar problemas respiratórios. Além disso, eram poucos os que trabalhavam com um material de proteção adequado (como luvas, botas e capacetes) porque o material que a Prefeitura lhes havia fornecido já estava se deteriorando e não havia previsão para o fornecimento de novos.

Na Cooperativa Barão, que realizava a triagem de lixo reciclável, essa situação era um pouco melhor. Contudo, apesar de termos encontrado os(as) cooperados(as) trabalhando com materiais de proteção adequados e em um ambiente mais salubre do que na “Tatuapé”, ainda havia relatos de problemas relacionados ao trabalho. Uma das entrevistadas reclamou: “Aqui é meio puxadinho, viu? Eu estou com problema nos braços [porque] a gente fica muito em pé e mexe muito com os braços”²⁷.

Soubemos também que a Prefeitura não cumpriu sua contraparte de ceder a eles a infra-estrutura. O terreno oferecido pela Prefeitura não pôde ser utilizado porque se encontrava próximo a uma grande horta e havia risco de contaminação. A cooperativa se instalou então em outro terreno pago por ela mesma, e do qual tiveram isenção dos dois primeiros meses de aluguel por iniciativa da proprietária. Os cooperados e cooperadas que tinham algum dinheiro guardado ajudaram a comprar o material básico para que a cooperativa pudesse começar a funcionar com o mínimo de infra-estrutura. A prefeitura contribuía com a entrega do material reciclável pelos caminhões da coleta seletiva. A cooperativa funcionou um ano neste terreno: vencido o contrato mudaram-se para o atual endereço da cooperativa, que se localiza na periferia de Barão Geraldo, distrito de Campinas que abriga a Unicamp, em uma rua sem asfalto. O barracão, no entanto, ainda não era adequado: o

²⁷ D.B, em entrevista realizada em agosto de 2005.

material reciclável ficava exposto às intempéries e quando chovia a cooperativa perdia todo o material armazenado.

Na Barão, havia uma clara divisão sexual do trabalho ainda baseada na visão tradicional do tipo de trabalho adequado ao homem e à mulher. Assim, as tarefas que demandavam maior força física eram executadas pelos homens e, o restante, pelas mulheres. A rotina de trabalho era de 12h diárias, com o intervalo de uma hora para o almoço²⁸.

Esses problemas relacionados à saúde do trabalho, à falta de infraestrutura e à jornada de trabalho, não eram os únicos. Sem uma legislação cooperativista adequada que contemplasse o acesso desses trabalhadores aos direitos trabalhistas, eles sequer recolhiam a contribuição previdenciária que lhes daria no futuro o direito à aposentadoria. Além disso, a alta rotatividade dos cooperados e cooperadas e a baixa retirada faziam com que os acordos de férias não fossem obedecidos. Conforme o relato de um dos cooperados da Tatuapé, ele não conseguiu tirar suas férias porque, apesar delas estarem garantidas pelo estatuto da cooperativa, a Assembléia decidiu que quem não trabalhasse, não ganharia. Sem remuneração, ficava difícil parar para descansar.

Ainda sobre o acesso aos direitos trabalhistas, nos foi relatado o caso de uma mulher grávida discutido pela assembléia dos cooperados. Todos decidiram que ela não teria direito à licença maternidade remunerada. O argumento usado foi o mesmo usado para o caso do gozo de férias remuneradas: sem trabalho, sem remuneração.

- As positivities do trabalho cooperado

Apesar desses problemas, os entrevistados apontaram fatores positivos no seu trabalho nas cooperativas. Ganha destaque o aprendizado:

“Ah! É diferente porque é um serviço onde você aprende muita coisa. Aprende a conviver com a turma, o serviço que você nunca fez... Eu mesma nunca tinha ouvido falar de cooperativa. Eu gosto do serviço daqui, eu me sinto bem” (A.S.²⁹).

Este aspecto da convivência é destacado, em todas as falas, como a principal modificação que houve na vida desses trabalhadores depois da entrada na cooperativa. Podemos compreendê-la como resultado da participação nas reuniões e assembléias, pelo fato de decidirem coletivamente sobre os rumos da cooperativa, assim como da identidade entre a história de vida dos cooperados e cooperadas que os colocava em igualdade de condições. Isso permitia que eles se expressassem sem qualquer sentimento de inferioridade devido a diferenças de renda, de nível de escolaridade, ou racial.

A certeza de que ali todos estavam na mesma situação e de que eram iguais frente as decisões relativas ao trabalho é que gerava uma identidade

²⁸ É importante destacar que o tempo de trabalho era composto tanto pelas tarefas diárias da cooperativa quanto pelas reuniões, assembléias e discussões que permeavam o seu cotidiano.

²⁹ Em entrevista realizada em agosto de 2005.

entre essas pessoas e apagava o medo da realização do discurso incompetente³⁰:

“Alguma coisa a gente aprende, né? Eu aprendi a falar mais com as pessoas porque [antes] eu só dava bom-dia e nem olhava na cara das pessoas, porque eu achava que eles estavam rindo da minha cara” (A.S.³¹)

Através desse recorte pudemos compreender também a transformação da postura dessas mulheres perante o convívio social, as relações de trabalho, e o olhar que possuem sobre todas as esferas que o envolvem. Enxergando-se como parte de um coletivo que possui interesses afins, mesmo que estes se resumam meramente a conseguir sobreviver, o quadro de exclusão social no qual se encontravam regride e a luta delas passa a ser a defesa da continuidade e até mesmo da melhora nas suas condições de vida. A análise do conjunto das entrevistas e das conversas informais permite dizer, que esse o elemento é o que fez esse grupo de cooperados recuperar a fala, a opinião e a crítica tanto nas reuniões e assembléias quanto no seu cotidiano. Para dar um exemplo, quando questionadas sobre o trabalho realizado na cooperativa pela incubadora, não houve hesitação em criticá-lo:

“No começo eu vou ser sincera: eu não gostava não. Mas aí depois você vai conhecendo, pegando as manhas... Você acha até ruim. Eu falava assim: não precisa disso! Mas aí, depois, eu entendi que era bom [o trabalho da ITCP]. Mas se eu vejo uma coisa que eu não gosto eu falo logo: ó, esse curso eu não gostei não. Mas quando eu gosto, gostei” (A. S.³²).

Sobre uma possível mudança na qualidade de vida dos entrevistados, o que fica muito claro em suas falas é a recuperação da auto-estima pela geração de renda proporcionada pelo trabalho na cooperativa:

“- Então a senhora acha que sua qualidade de vida melhorou?
- Ah! Para mim melhorou, né? Porque eu estava com a conta de luz atrasada, tava todo mundo parado [familiares desempregados], faltava coisas em casa, aí eu fui pagando minhas continhas todas com o dinheirinho daqui e, pra mim, eu me sinto bem aqui dentro” (M.R.³³).

³⁰ Lorena Holzmann (2000), em um estudo empírico sobre a formação de duas cooperativas a partir da falência da metalúrgica Wallig em Porto Alegre (RS), percebe um refluxo na participação dos cooperados e atribuiu isso a dois fatores principais: ao medo encontrado entre os cooperados de realizar aquilo que ela denomina de ‘discurso incompetente’, dado que a pesquisadora relatou casos de deboche de membros com maior grau de instrução no momento do uso da fala de outros trabalhadores; e a alta rotatividade da mão-de-obra, decorrente da adesão do indivíduo à cooperativa por falta de opção no mercado de trabalho e não por afinidades ideológicas.

³¹ Idem nota 29.

³² Idem nota 29.

³³ Em entrevista realizada em setembro de 2005.

Ninguém citou o fato de trabalharem numa cooperativa, um empreendimento autogestionário, portanto sem hierarquia de mando, como um aspecto positivo. Uma convergência em suas falas refere-se a um problema que a cooperativa enfrentava na época da pesquisa: a diminuição no preço do material vendido, que teria caído mais de 50% devido à desvalorização do dólar³⁴. A satisfação de trabalhar na cooperativa se relaciona diretamente aos ganhos que este trabalho pode lhes oferecer em troca:

“Ah! Aqui [o que] falta é nós vendermos bem, né? Porque no resto, pra mim, está tudo bem. Faz dois meses que ninguém consegue tirar um salário mínimo aqui. É isso que nós queremos que melhore, mas do contrário está tudo bem, o importante é a gente poder trabalhar” (M.R.³⁵).

“Eu estou satisfeita [com o trabalho na cooperativa]. Só estou triste porque a cooperativa está caindo, né? Este mês mesmo nós não temos nada, mas estamos enfrentando pra levantar ela de novo” (D.B.³⁶).

Como se pode observar nos trechos acima destacados, há convergências entre as histórias de vida e a visão que estas cooperadas possuem acerca da cooperativa na qual trabalham. O que fica claro é que elas estão ali justamente pela falta de alternativas oferecidas pelo mercado de trabalho. A cooperativa para elas é, antes de qualquer outra coisa, uma estratégia de sobrevivência, e isto fica ainda mais claro quando nos dedicamos a compreender qual a função que elas (e eles) atribuem ao trabalho realizado ali pela incubadora, e quais as obrigações que a Prefeitura teria para com eles.

Nos depoimentos dessas trabalhadoras ficou claro que a cooperativa demandava da ITCP um auxílio técnico antes de mais nada. Esperavam que os monitores os ajudassem a otimizar a produção, a fazer a contabilidade, formular o regimento interno e o estatuto da cooperativa, indicar possíveis parceiros como compradores do seu material, ensinar como recuperar determinados materiais com o artesanato, etc. As discussões, oficinas ou outras atividades propostas pelos monitores que não tinham esse fim, não contemplavam os seus interesses. A memória das atividades realizadas pela ITCP na Cooperativa referiam-se apenas aos momentos em que esta teria introduzido cursos e oficinas de artesanato, ou levado os médicos do posto de saúde da região na cooperativa para a realização de exames médicos, vacinação, prescrição e doação de remédios.

A memória das discussões e outras atividades que visavam realizar uma formação política desses cooperados e cooperadas é reduzida a uma desfuncionalidade de conversas sem fim:

³⁴ O preço do quilo do plástico das garrafas PET era medido em dólares.

³⁵ Idem nota 33.

³⁶ Idem nota 27.

“Eles vinham e falava, falava, ficava falando muito né? E não fazia muita coisa, mais falava, falava, falava e não fazia nada. Aí você vai falando todo dia, fala, fala, fala e não vê nada, aí você passa a não querer gostar, perde tempo” (A.S.³⁷).

Com relação à Prefeitura havia uma insatisfação constante aliada a uma forte cobrança de melhorias. Inicialmente, ela havia se comprometido a realizar a coleta seletiva e levar o material até a cooperativa. Depois de terem conseguido que a Prefeitura pagasse o aluguel de um barracão, a insatisfação estava relacionada a duas questões: a diminuição do material que chegava na cooperativa (aliada a contaminação do mesmo por lixo orgânico que resultava na eliminação de um material que poderia ser vendido pela cooperativa), e a cobrança de que o órgão público lhes pagasse um subsídio, já que separavam o material sujo do limpo e não ganhavam nada com isso (ao contrário, isso atrasava o trabalho). Essas exigências eram costuradas com um discurso de defesa do meio ambiente, outra responsabilidade que seria do município e que estaria sendo exercida pela cooperativa:

“Só que eu acho que o incentivo público, ele tinha que ser mais intenso, porque nós estamos resolvendo um problema social e ambiental muito grande. É responsabilidade do município, e nós não temos as verbas suficientes, nós não temos isso, incentivo suficiente” (R.N.³⁸).

Através das conversas informais realizadas durante a pesquisa de campo o que pude observar é que tanto o sentimento de igualdade quanto o espírito de solidariedade, que segundo Singer seriam resultados naturais do tipo de organização da economia solidária, derivam aqui de um sentimento de identidade e de uma estratégia de sobrevivência. A cooperação no trabalho realizado dentro das cooperativas sendo fruto da necessidade material de manterem a sua subsistência, assim como a dos familiares que dependem unicamente desta renda.

No caso específico da cooperativa Barão, através dos dados que obtive nas minhas visitas à ela, o que fica explícito na luta dos homens e mulheres em manterem o seu funcionamento é a falta de uma outra alternativa.

“- Você gosta de trabalhar aqui, não procura outro emprego?
- Gosto... mas na minha idade é difícil em firma, não pegam mais, já estou com 55, é muito difícil conseguir alguma coisa. Já aqui não [tem dificuldade para trabalhar] a gente entra e vai” (D.B.³⁹).

Conclusões

A aplicação da política pública de formação de cooperativas na cidade de Campinas foi marcada por diversos problemas. Eles se deram nos mais

³⁷ Idem nota 29.

³⁸ Em entrevista realizada em julho de 2005.

³⁹ Idem nota 27.

diversos âmbitos, demonstrando que houve um conjunto de fatores que impediram o sucesso do PQCP e do Projeto Campinas.

Cabe destacar que esta é a avaliação dos próprios atores envolvidos, nas três diferentes esferas: poder público, universidade e cooperados(as). A partir dessas avaliações e das informações obtidas na pesquisa de campo podemos afirmar que as dificuldades na realização dessa política se devem principalmente a dois fatores: 1) a troca do corpo administrativo da Prefeitura em meio ao desenvolvimento do Projeto; 2) a estruturação da ITCP concomitante à realização de seu trabalho nas cooperativas.

No primeiro caso, com a troca das pessoas envolvidas na elaboração do primeiro projeto, pode ter havido um re-início de discussões sobre cooperativismo, sua forma e as prioridades de grupos e atividades na cidade, que acabou por interromper uma experiência que já se desenvolvia. A paralisação dos trabalhos da Incubadora por seis meses, no final de 2002, parecia estar relacionada com a reelaboração do Projeto anterior e a busca de novas diretrizes.

No segundo caso, apesar do esforço da Prefeitura e da Unicamp em realizar da melhor maneira possível a formação dos monitores da ITCP, ficou patente que o aprendizado teórico não substituíu a prática. Tanto que, após passarem pela experiência da formação das cooperativas e entrarem em contato com os mais diversos tipos de problemas – inclusive os relacionados à discriminação por gênero -, os monitores iniciaram um processo de reconstrução da Incubadora. Seja modificando o processo de seleção dos próximos monitores (priorizando os que tivessem experiência anterior na formação e educação de grupos populares, ou conhecimento sobre cooperativismo e economia solidária), seja assumindo o conteúdo dos cursos de formação e criando novos espaços para a discussão de problemas que iam aparecendo no dia-a-dia, como foi o caso da criação do Gapes de Gênero.

A prática da autogestão e seus problemas foram sendo descobertos e vivenciados pelos membros da Incubadora ao mesmo tempo em que eles tinham que ensiná-los aos grupos de cooperados. Essa dinâmica de troca de conhecimentos, típica de um projeto verdadeiro de extensão universitária, não atendia, no entanto, à demanda emergencial da Prefeitura. Por esta razão, a avaliação feita pela Prefeitura sobre o trabalho da ITCP era mais crítica e negativa do que a que foi feita sobre a atuação da CRCA, da Cáritas. Esta, já estava constituída e possuía uma experiência anterior de trabalho com grupos de cooperados.

Colaborou também para a má avaliação da ITCP, a falta de infraestrutura. A contrapartida da Unicamp no convênio com a Prefeitura demorou a vingar, o que pode ter prejudicado o bom andamento das atividades da Incubadora.

Estes fatores acabaram por se refletir no trabalho de incubação. As cooperativas em formação se sentiram por muitas vezes abandonadas, tanto pela Prefeitura (por esta não conceder a infra-estrutura adequada, como era parte do acordo), quanto pela Incubadora (pela interrupção dos trabalhos quando do corte de suas bolsas). Os cooperados (as), assim como a Prefeitura, esperavam resultados rápidos e um trabalho puramente técnico da ITCP. A impaciência com a falta de retorno imediato e com o aprendizado da

autogestão, aparece não apenas nas falas das entrevistadas, mas também na alta rotatividade dos membros da Cooperativa Barão.

O objetivo deste artigo foi o de realizar um registro para que não se perca a memória da experiência realizada e para que ela possa, de fato, contribuir para a elaboração de políticas públicas futuras. Assim como o processo de incubação realizado pela ITCP e a autogestão constitutiva das cooperativas, o desenvolvimento de políticas públicas também se constrói com o acúmulo de práticas. Fenômeno da crise estrutural do emprego formal, o incentivo ao cooperativismo por parte do poder público tem constituído uma tentativa de amenizar os desdobramentos desse quadro.

A isso cabe a crítica e a reflexão. A política de geração de trabalho e renda da Prefeitura Municipal de Campinas parece ter se caracterizado, no período estudado, apenas como um projeto de ajuda social, como um subsídio a aqueles e aquelas que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho. Assim, ela pode ser identificada como uma política de inserção, mas não de integração, como a define Castel (1998), obedecendo à lógica da discriminação positiva e direcionando-se para um espaço social em função do déficit sofrido pelos que o habitam: “As políticas públicas de inserção social podem ser compreendidas como um conjunto de empreendimentos de reequilíbrio para recuperar a distância em relação a uma completa integração, um quadro de vida decente, uma escolaridade ‘normal’, um emprego estável etc” (Castel, 1998:538).

Cabe ponderar que Castel se baseia em um modelo de sociedade salarial que não se constituiu plenamente no Brasil e que nossa situação atual marca com a precariedade e a informalidade a maioria dos que tem um trabalho remunerado. Como resolver o problema da precarização dessa nossa configuração do mercado de trabalho é tarefa árdua. E tarefa que não se resolve apenas com a inserção de mais trabalhadores em relações de trabalho informais ou à margem do acesso aos direitos trabalhistas.

Referência:

ALVES, Giovanni. “Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho - o Brasil nos anos noventa.” IN: TEIXEIRA, Francisco J. S. (Org.). Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. “Os amarelos e os socialistas”. IN: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. A Construção do Consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30. São Paulo: Edições Sociais, 1998.

BOITO JR., Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, Editora Vozes: 1998.

HOLZMANN, Lorena. “Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática” IN: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de. A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria e ASSEBURG, Hans Benno. “Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul”. IN: GAIGER, Luiz Inácio (Org.) Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUIMARÃES, Gonçalo. “Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: Contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda.” IN: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de. A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

KRUPPA, S.M.P. e SANCHEZ, F.J.B. Metodologias de Incubagem – uma tentativa de problematização. IN: Escola Internacional de Verão. Economia solidária no Brasil e na Alemanha. Imshausen, Bebra: 5 a 10 de outubro de 2004. Disponível na Internet: http://www.uni-kassel.de/fb5/soziologie/sel/sommerschule/www.sommerschule.data/PDFs/rea_der_pport.pdf, em: 6/1/2005.

RAMOS, Lauro. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. IN: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. IPEA

OLIVEIRA, Luiz J. R. Incubadoras Universitárias de empresas e de cooperativas: contrastes e desafios. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, junho de 2003. Disponível na internet: <http://www.itcp.unicamp.br/site/itcp/arq118.pdf>, em: 18/01/2005.

PATROCÍNIO, Wanda Pereira. Cooperativas Populares: representações sociais, trabalho e envelhecimento. Campinas: Faculdade de Educação – Unicamp, 2004.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. O que é Cooperativismo? São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

SILVA, Emanuel Sapaio (et alli). Panorama do Cooperativismo Brasileiro: História, Cenários e Tendências. UniRcoop: 2003. Disponível na internet: <http://www.unircoop.org/documents/coop/Brasil.pdf>, em: 13/09/02004.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.